

上訴案第 660/2020 號

上訴人：A (A)

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

澳門刑事起訴法庭起訴嫌犯 A 為直接正犯及以既遂方式觸犯《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰的一項侵犯住所罪，並提請初級法院以合議庭普通訴訟程序對其進行審理。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR2-17-0108-PCC 號案件中，經過庭審，最後判決：

- 嫌犯 A 被起訴以直接正犯及既遂方式觸犯的《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰的一項侵犯住所罪，判處四個月徒刑，暫緩執行該徒刑，為期一年。

嫌犯 A 不服判決，向中級法院提起了上訴。¹

¹ 其葡文內容如下：

1. O art. 184º, nº 1, do C. Penal de Macau, postula como uma das modalidades de acção típica “o agente introduzir-se, sem consentimento, na habitação de outra pessoa”, sendo esta a que releva para o caso dos autos, pois é nela que se pretende enquadrar a acção do arguido no dia do incidente. Da prnúnica consta elemento constitutivo do tipo objectivo do crime de “que o arguido se introduziu na habitação de sua cônjuge a assistente”, mas não consta em sítio algum o outro elemento objectivo, de que o fez “sem consentimento”, pelo que, não constando não pode resultar provado – entendimento diverso faria indevida interpretação e aplicação dos arts. 1º e 184º do C. Penal (e indirectamente do art. 339º do CPC, que

輔助人 D 對上訴人 A 提出的上訴作出回覆。²

determina a necessidade de incluir nos factos descritos na acusação aqueles com relevo para a decisão da causa)

2. O verbo “invadir” que consta do art. 7º da pronúncia e que pretendia identificar a “modalidade de dolo” com que o arguido havia empreendido a acção descrita (7. O Arguido de forma livre, voluntária e consciente, bem sabendo que havia cessado a relação entre si e a Assistente e que a mesma ainda residia na referida fracção, praticou intencionalmente os referidos actos, com o objectivo de invadir a residência da Assistente e de daá a expulsar, a fim de recuperar a posse da fracção), não tem, nem pode ter, porque os princípios fundamentais da legalidade e tipicidade que imperam na lei penal o não admitem, o sentido de “entrada sem consentimento”, sendo que “invadir” é “entrar forçosamente” ou “entrar à força”, ou seja, que o agente para entrar tem que exercer uma acção física sobre uma coisa ou pessoa que lhe impede a entrada - ocorre **vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada.**
3. Até à entrada do arguido em 12 de Maio de 2014, na fracção que serviu de casa de morada de família ao arguido e à assistente e que havia sido comodotada àquele pelo seu pai para o casal nela viver, foi sempre autorizada a sua entrada na fracção - mesmo após haver cessado a comunhão de vida, mesa e cama entre os dois -, porque é que o arguido, neste quaro de autorização genérica de que gozava para aceder a fracção, não beneficia desse mesmo circunstancialismo fáctico, de que tem essa autorização genérica para entrar na sua casa de morada de família, nesta específica entrada na fracção?! - entendimento diverso faria indevida interpretação e aplicação dos arts. 1º e 184º do C. Penal.
4. O arguido perante esse quadro de autorização genérica de acesso à fracção, não pode configurar - à semelhança da generalidade das pessoas - que precisa de um consentimento específico para essa entrada na fracção que fez em 12 de Maio de 2014 - ocorre **vício de contradição insanável na fundamentação.**
5. É inegável que em momento posterior ao casamento do arguido e da assistente o pai do arguido lhe comodotou a fracção para nela iver com sua mulher, ou seja, as faculdades de uso e habitação da fracção, foram concedidas de forma gratuita pelo pai ao filho, de uma forma temporária, pelo que, a partir do momento em que o casal se “desentendeu” e estava em negociações para divórcio, a permanência da assistente na referida fracção é uma “permanência ilegal”, que a mesma impôs à força a seu sogro.
6. Até ao momento sdo incidente dos autos, o “direito à casa /à habitação” protegido pelo normativo penal em causa (art. 184º, nº 1, do C. Penal), era também detido pelo arguido (nada na lei penal impondo que só exista **um espaço físico** sobre o qual o mesmo se exerce, considerando que o mesmo também declarou ir comer, onviver, pernoitar,... na casa de seu pai no Edf. Cheng Pik Kok), que configurava o espaço da fracção como um espaço reservado à sua permanência, descanso, convívio, alimentação e pernoita, pelo que, o arguido era co-titular desse direito à habitação relativamente à fracção ocupada pela assistente ocorre **vício de contradição insanável na fundamentação.**

Deve a decisão recorrida ser revogada e substituída por outra que absolva o arguido do crime por que foi acusado.

² 其葡文內容如下：

檢察院就上訴人 A 提出的上訴作出答覆：

1. 上訴人(嫌犯)進入涉案單位並非未經被害人同意，也不是輔助人已下令上訴人退出涉案單位，而上訴人應逗留在該單位內。相反，是上訴人要求輔助人退出涉案單位，但輔助人仍留在該單位。
- 2) 在本案庭審中，上訴人的父親 B 作證表示，有關單位由他全資購買，屬其公司名下所有，用來給兒子 A (上訴人) 結婚後居住，其擁有公司的 90% 股權，上訴人則擁有 10% 股權，有關單位的鎖匙其中一條被放在公司內，上訴人可自行去取用 (見

-
1. Depois de casados, a partir de Abril de 2012, o Recorrente e a Recorrida passaram a habitar na fracção autónoma sita na Rua de, Edifício, Bloco ..., ...º andar "...", Taipa, passando essa a ser a habitação do casal ou a sua casa de morada de família.
 2. O Recorrente deixou de habitar nessa fracção autónoma a partir de 03 de Outubro de 2013, tendo, deste essa data, cessado a comunhão de vida, habitação, cama e mesa entre o Recorrente e a Recorrida.
 3. A Recorrida manteve-se, legal e ininterruptamente, a habitar nessa mesma fracção autónoma, até ao dia 12 de Maio de 2014, data em que foi expulsa pelo Recorrente.
 4. Ficou provado que nesse dia (12 de Maio de 2014) o Recorrente não habitava na referida fracção autónoma.
 5. Apesar disso, nesse mesmo dia, 12 de Maio de 2014, o Recorrente, sem o consentimento da Recorrida, entrou, por meio desconhecido, nessa fracção, removeu alguns dos objectos pessoais da Recorrida e ordenou a um mestre de chaves a mudança da fechadura da porta de entrada.
 6. O que impossibilitou a Recorrida de reentrar na fracção onde habitava, nem de aí continuar a habitar.
 7. O Recorrente agiu livre, voluntariamente e conscientemente, sabendo claramente que a Recorrida habitava nessa fracção e aí tinha todos os seus objectos pessoais.
 8. Ora, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 184º do Código Penal, pratica o crime de violação de domicílio quem "sem consentimento, se introduzir na habitação de outra pessoa, ou nela permanecer depois de intimado a retirar-se."
 9. O crime de violação de domicílio, inscrito no capítulo dos crimes contra a reserva da vida privada, tem como bem jurídico protegido a privacidade e intimidade da vida privada, bens jurídicos esses que foram violados pelo Recorrente.
 10. Preechendo a conduta do Recorrente os elementos típicos objectivos e subjectivos do crime de violação do domicílio pelo qual foi condenado.

Nestes termos, e nos mais de Direito aplicáveis, requer-se a V. Exas. que se dignem julgar improcedente o presente recurso, mantendo-se, em consequência, a Douta Decisão recorrida, assim se fazendo a costumada Justiça!

被上訴判決第 11 頁)。

- 3) 因此，我們可以得知，涉案單位並非屬於被害人（輔助人）的住宅，而是由上訴人的父親所購買，並給兒子上訴人使用，上訴人 A 對該單位也有居住權、使用權、自由出入權，即使與被害人（輔助人）不再有夫妻關係，仍擁有以上權利的。
- 4) 基於此，無論在客觀方面及主觀方面，上訴人（嫌犯）的行為均不符合《刑法典》第 184 條第 1 款的構成要件，即不符合“侵犯住所罪”的罪狀。
- 5) 根據普遍司法見解，如果在審查證據時從某事實中得出的結論無法接受，又或者違反限定或確定證據價值的法律規定，又或者違反經驗或職業準則，就存在審查證據方面的明顯錯誤，但該錯誤必須是顯而易見的，明顯到不可能不被一般留意的人所發現。
- 6) 在本案，被上訴判決沾有審查證據方面有明顯錯誤的瑕疵（據刑事訴訟法典第 400 條第 2 款 c 項）同時，也違反了罪刑法定原則。此外，也沾有獲證明的事實上之事宜不足以支持作出該裁判的瑕疵，沾有在說明理由方面出現不可補救之矛盾之瑕疵（分別據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項、b 項）。
- 7) 若尊敬的中級法院法官閣下不認同以上理據，則請考慮上訴人（嫌犯）是行使權利，是行使父親給他使用涉案單位的權利，故其使用權利排除了進入該單位的行為不法性（據《刑法典》第 30 條第 2 款 b 項）。
- 8) 若尊敬的中級法院法官閣下對此也不認同，則請考慮上訴人對有關事物狀況發生了錯誤。上訴人 A 以為其父親給他使用該屬公司名下所有的涉案單位，且上訴人擁有公司 10% 股權，故誤認為其有行使業主權利，便進入涉案單位，並認為因行使權利而排除不法性，因此，這錯誤是對排除（阻却）不法性狀況的

錯誤，故阻卻故意，即沒有侵犯住所的故意（據《刑法典》第 15 條第 2 款、第 30 條第 2 款 b 項）。缺乏故意的進入住所不構成《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰的侵犯住所罪）。

基於此，檢察院建議判處上訴人（嫌犯）上訴理由成立，應開釋上訴人。

駐本院助理檢察長提交了法律意見書：

2020 年 5 月 5 日，初級法院判處嫌犯 A 以直接正犯及既遂方式觸犯 1 項《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之「侵犯住所罪」，判處 4 個月徒刑，緩刑 1 年執行。

嫌犯 A 不服上述合議庭裁判，向中級法院提出上訴。

在其上訴理由中，上訴人 A 認為被上訴的合議庭裁判沾有“獲證明之事實上之事宜不足以支持該裁判”及“在說明理由方面出現不可補救之矛盾”之瑕疵。

我們認為，應裁定上訴人 A 的上訴理由部分成立。

1)關於《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項之違反

在其上訴理由中，上訴人 A 認為起訴批示僅載有“嫌犯侵入其配偶即輔助人的住所”的犯罪客觀構成要件，卻未載有“未經同意”此一客觀要件，而起訴批示第 7 點中的“侵入”一詞僅用於識別嫌犯的“故意方式”，但這並不表示“未經同意進入”的意思，從而指責被上訴的合議庭裁判沾有“獲證明之事實上之事宜不足以支持該裁判”之瑕疵。

一如所知，眾多司法見解就《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指的瑕疵已作出過精辟的解讀，概念性質的表述可見中級法院第 32/2014 號上訴案件於 2014 年 3 月 6 日作出的裁判：

“1.所謂的事實不充分的瑕疵僅存在於法院沒有證實必要的可資作

出適當法律適用以及決定案件實體問題的事實；法院在審判過程中必須在該刑事訴訟案件的標的包括控訴書或辯護詞所界定的範圍內，對這些事實作調查。”

根據《刑法典》第 184 條第 1 款的規定：

“第一百八十四條
(侵犯住所)

一、未經同意，侵入他人住宅，或經被下令退出而仍逗留在該處者，處最高一年徒刑，或科最高二百四十日罰金。

可見，「侵犯住所罪」包括兩個客觀構成要件：1)未經同意；2)侵入他人住宅，或經被下令退出而仍逗留在該處；及一個主觀構成要件：一般故意，即行為人意識到行為具有不法性即可。

綜觀整份原審裁判，雖然原審法院在事實的判斷中明確指出“本案由始至終都沒有任何關於輔助人曾同意嫌犯侵入其作為私人空間的住宅，或同意嫌犯自行把其私人物品搬離讓單位、更換門鎖使其不得入內的意思表示，換言之，輔助人未曾作出過有關同意。”，然而，除此以外，本案並沒有任何已證事實證實嫌犯 A 是在未經其配偶即輔助人的同意的情況下進入輔助人的住所。

而且，必須強調，第 5 點起訴事實“2014 年 5 月 12 日，嫌犯以未能查知的方法進入氹仔.....街.....都會第...座...樓...單位.....”的確隱含“未經同意”的意思，然而經審判聽證後，有關事實已經被原審法院查明嫌犯是以鎖匙進入上述單位，再加上根據第 2 點已證事實顯示，上述單位登記於“C 國際投資有限公司”名下，為嫌犯 A 之父親所有，綜合而言，確實未能顯示已對“未經同意”此一事實作出必要調查。

事實上，“未經同意”作為「侵犯住所罪」的法定罪狀中必不可少的重要事實，即使正如原審法院證實涉案單位已非嫌犯 A 的住所，但祇要未能證明存在“未經同意”此一構成要件，有關犯罪亦必不能成立，這樣，在原審法院並沒有對“未經同意”此一事實作出必要調查並將之列為已

證事實的前提下，我們認為，實在是不足以認定嫌犯 A 的行為已經符合「侵犯住所罪」的客觀構成要件。

因此，我們認為，被上訴的合議庭裁判的確沾有“獲證明之事實上之事宜不足以支持該裁判”之瑕疵，應裁定上訴人 A 此部分上訴理由成立。

2)關於《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項之違反

在其上訴理由中，上訴人 A 認為其在 2014 年 5 月 12 日進入涉案單位並不需要特別同意，加上自其與輔助人商議離婚一刻起，輔助人在涉案單位的逗留屬“非法逗留”狀態，事實上，上訴人 A 是與輔助人共同作為涉案單位使用權的共同權利人，從而指責被上訴的合議庭裁判沾有“在說明理由方面出現不可補救之矛盾”之瑕疵。

關於《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項之違反，中級法院於 2015 年 4 月 23 日在第 117/2015 號上訴案件已闡明：

“4.說明理由方面的矛盾，是指法院所認定的已證事實之間，或者已證事實與未證事實之間，或者在事實事宜方面的證據性理據說明中存在矛盾。這種矛盾是絕對的，即一方面說“是一”，另一方面又說“不是一”，而不能存在於被指互相矛盾的事實之間各自所表達的意思不同或者各自所證實的內容不同的事實之間。”

在本具體個案中，我們未看見說明理由與已證事實之間存在“一方面說是一，另一方面又說不是一”的矛盾，事實上，我們亦沒有看到嫌犯 A 有指出有關的“不可補救之矛盾”之處，其不能單單因其不認同原審法院對事實的判斷和認定為由而指責被上訴的合議庭裁判沾有“在說明理由方面出現不可補救之矛盾”之瑕疵。

因此，應裁定上訴人 A 此部分的上訴理由不成立。

綜上所述，應裁定上訴人 A 的上訴理由部分成立，並根據《刑事訴訟法典》第 418 條之規定，將卷宗發回重審。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

- 1) 嫌犯 A 與輔助人 D 於 2009 年 1 月 22 日在中國內地登記結婚。
- 2) 婚後，嫌犯與輔助人於 2012 年 4 月份搬至氹仔.....街.....都會第...座...樓...單位，並以該處為家庭共同居所。上述單位登記於“C 國際投資有限公司”的名下。
- 3) 在未能具體查知的時間，嫌犯與輔助人關係破裂。
- 4) 嫌犯最終於 2013 年 10 月 3 日離開上述家庭居所，自始只留下輔助人在上述單位居住，嫌犯與輔助人再無同吃、同住及同睡的關係。
- 5) 2014 年 5 月 12 日，嫌犯以鎖匙進入氹仔.....街.....都會第...座...樓...單位，將輔助人在單位內的個人物品遷出上述單位外及指示開鎖匠更換了單位的門鎖。
- 6) 當時，嫌犯並非居住於上述...樓...單位。
- 7) 嫌犯是在自由、自願及有意識的情況下，明知其本人與輔助人關係已破裂且輔助人仍在上述單位居住的情況下，故意作出上述行為，其目的是要侵入輔助人居所並令到輔助人離開單位，從而能夠收回對單位的管領。
- 8) 基於嫌犯的行為，輔助人無法在上述單位繼續居住，且輔助人的部份個人物品被嫌犯放置到大廈大堂的管理處。
- 9) 嫌犯知悉其行為被法律禁止且有可能受到法律追究。

另外證明以下事實：

- 嫌犯現為商人(資訊業)，每月收入約澳門幣 20,000 至 30,000 元。
- 嫌犯離婚，需供養父母。
- 嫌犯學歷為大學學士。
- 嫌犯否認被起訴的事實。
- 根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。

未獲證明的事實：

- 尚沒有其他載於起訴書的事實有待證明。

三、理由說明

上訴人 A 在其上訴理由中，認為：

- 起訴批示僅載有“嫌犯侵入其配偶即輔助人的住所”的犯罪客觀構成要件，卻未載有“未經同意而侵入”此一客觀要件，意味著行為人實施了強行進入的行為，此行為必須具有人力對物或者阻止他進入的人的“實體”暴力作用，而起訴批示第 7 點中的“侵入”一詞僅用於識別嫌犯的“故意方式”，並不表示“未經同意進入”的意思，從而指責被上訴的合議庭裁判因沒有陳述“未經同意而侵入”的客觀因素的事實，而沾有“獲證明之事實上之事宜不足以支持該裁判”的瑕疵。
- 其在 2014 年 5 月 12 日進入涉案單位並不需要特別同意，加上自其與輔助人商議離婚一刻起，輔助人在涉案單位的逗留屬“非法逗留”狀態，事實上，上訴人 A 是與輔助人共同作為涉案單位使用權的共同權利人，從而指責被上訴的合議庭裁判沾有“在說明理由方面出現不可補救之矛盾”的瑕疵。

我們看看。

(一) 獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判的瑕疵

眾所周知，《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指的瑕疵——事實不充分的瑕疵——僅存在於法院沒有證實必要的可資作出適當法律適用以及決定案件實體問題的事實；法院在審判過程中必須在該刑事訴訟案件的標的包括控訴書或辯護詞所界定的範圍內，對這些事實作調查。當法院沒有對構成訴訟標的的事實作出審查，並證實必要的可資作出適當法律適用以及決定案件實體問題的事實的時候，就陷入了事實不足的瑕疵，並使得判決無效。³

根據《刑法典》第 184 條第 1 款的規定：

“第一百八十四條 (侵犯住所)

一、未經同意，侵入他人住宅，或經被下令退出而仍逗留在該處者，處最高一年徒刑，或科最高二百四十日罰金。

可見，「侵犯住所罪」的客觀構成要件有兩個行為模式：1) 未經同意；2) 侵入他人住宅，或經被下令退出而仍逗留在該處；而主觀構成要件則僅需要一般故意，即行為人意識到行為具有不法性即可。

罪狀的訂定並不包括要求使用暴力或以暴力相威脅，這種要素只有在暴力罪的違法行為時才有意義。⁴ 正如所引用的註解所提到的，在《亞豐素律令》或後來的 1852 年《刑法典》第 380 條的首次行文中只將進入或逗留是“以暴力或以暴力相威脅”作出時才歸罪。這種解決方法備受學說批評（如 JORDÃO IV 128），導致 1884 年的立法者決定將該要素由“違反意願”取代。

³ 參見中級法院於 2014 年 3 月 6 日在第 32/2014 號上訴案件中作出的裁判。

⁴ 參見 Manuel da Costa Andradade 在 Figueiredo Dias 教授主編的《Comentário Conimbricense ao Código Penal de Portugal》第 I 卷，CFJJ 中文版，第 594 頁。

很明顯，上訴人的上訴理由錯誤地擴大了對“侵入”的解釋。此項罪名所保護的法益就是隱私，它在出現侵犯私人有限度且事實上需要保障的空間範圍(住宅)時，予以保護。任何需要得到同意的進入住所都是“侵入”，這種侵入的描寫僅僅是針對行為人對他人的“有限度的空間”的隱私的侵入，而並非要求載有對住所的“物理上”的破壞或者對阻止他的進入的人的暴力的事實。

因此，原審法院的已證事實沒有載明這種所謂的“強力進入”的事實並不構成犯罪客觀構成要素的缺乏。而關鍵的事實載於是否確定行為人的進入是“未經同意”。

首先，有關的住所屬於與嫌犯再無同吃、同住及同睡的關係的輔助人的家庭居所，那麼，嫌犯的進入住所必須得到輔助人的同意，即使有關住所的業權不屬於輔助人，甚至嫌犯持有可以方便進入的鑰匙亦然。那麼，未經同意的進入就構成了對輔助人的有限空間的隱私的侵入。

其次，雖然，從原審法院所認定的已證事實中，並沒有明確敘述嫌犯 A 是在未經其配偶即輔助人的同意的情況下進入輔助人的住所的事實，但是，原審法院在事實的判斷中指出“本案由始至終都沒有任何關於輔助人曾同意嫌犯侵入其作為私人空間的住宅，或同意嫌犯自行把其私人物品搬離讓單位、更換門鎖使其不得入內的意思表示，換言之，輔助人未曾作出過有關同意。”

我們知道，“未經同意”作為「侵犯住所罪」的法定罪狀中必不可少的重要事實，是一項否定式陳述的事實。雖然，現代法律已經摒棄了否定性事實不需要予以證實的原則，⁵ 但是，只要從已證客觀事實可以推論出“未經同意”的結論，就足以認定嫌犯 A 的行為已經符合「侵犯住所罪」的客觀構成要件。

也就是說，原審法院從第 5 點起訴事實“2014 年 5 月 12 日，嫌犯以未能查知的方法進入氹仔……街……都會第…座…樓…單位……”得出

⁵ Alberto dos Reis 的著作 Código de Processo Civil, III, 第 266-275 頁。

結論：嫌犯的行為是“未經同意”的。我們不能憑此認為已證事實單純認定上述單位登記於“C 國際投資有限公司”名下，為嫌犯 A 之父親所有，而嫌犯以鎖匙進入上述單位，加上根據第 2 點已證事實顯示，就確定原審法院沒有對“未經同意”此一事實作出必要的調查。

那麼，從原審法院的事實之判斷部分，可以清楚看到原審法院已經明確對有關的事實作出了審查和認定，並不能確定其事實事宜的判決沾有“獲證明之事實上之事實不足以支持該裁判”的瑕疵。

上訴人此部分上訴理由不能成立。

（二）在說明理由方面出現不可補救之矛盾的瑕疵

關於《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項所規定的“在說明理由方面出現不可補救之矛盾”的瑕疵，是指法院所認定的已證事實之間，或者已證事實與未證事實之間，或者在事實事宜方面的證據性理據說明中存在矛盾。這種矛盾是絕對的，即一方面說“是一”，另一方面又說“不是一”，而不能存在於被指互相矛盾的事實之間各自所表達的意思不同或者各自所證實的內容不同的事實之間。”⁶

在本具體個案中，我們未看見說明理由與已證事實之間存在“一方面說是一，另一方面又說不是一”的矛盾，事實上，我們亦沒有看到嫌犯 A 有指出有關的“不可補救之矛盾”之處，其不能單單因其不認同原審法院對事實的判斷和認定為由而指責被上訴的合議庭裁判沾有“在說明理由方面出現不可補救之矛盾”的瑕疵。

因此，上訴人此部分的上訴理由也是不能成立的。

四、決定

⁶ 中級法院於 2015 年 4 月 23 日在第 117/2015 號上訴案件的判決。

綜上所述，中級法院合議庭裁定上訴人的上訴理由不成立，維持被上訴的決定。

上訴人應該支付本程序的訴訟費用。

澳門特別行政區，2021年11月11日

蔡武彬 (裁判書製作人)

周艷平 (第一助審法官)

賴健雄 (第二助審法官)